



Presidência da República
Secretaria de Direitos Humanos
Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência
Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE
Edifício Parque Cidade Corporate, SCS B, Quadra 09, Lote C, Torre A, 8º Andar • CEP:
70308-200 • Brasília – DF
Fone: (61) 2025-7971 / 2025-3673 Fax: (61) 2025-9967 • E-mail: conade@sdh.gov.br

ATA DA OCTOGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

1 Do vigésimo nono ao trigésimo dia de agosto do ano de dois mil e treze,
2 realizou-se a octogésima sétima reunião ordinária do Conselho Nacional dos Direitos
3 da Pessoa com Deficiência (Conade). **Período matutino do dia vinte e nove de**
4 **agosto de dois mil e treze.** Presença dos conselheiros e conselheiras: Casa Civil da
5 Presidência da República (ausência justificada); Conselhos Estaduais (ausência
6 justificada); Conselhos Municipais, a titular Naira Rodrigues Gaspar; Ministério da
7 Ciência e Tecnologia e Inovação, a titular Sonia da Costa; Ministério da Cultura, a
8 titular Deborah Maria Garcia Lobo; Ministério da Educação (ausência justificada);
9 Ministério da Justiça, o suplente Davi Ulisses Brasil S. Pires; Ministério da Previdência
10 Social, o titular Raimundo N. Lopes de Souza; Ministério da Saúde (ausência
11 justificada); Ministério das Cidades (ausência justificada); Ministério das Comunicações
12 (ausência justificada); Ministério das Relações Exteriores (ausente); Ministério do
13 Desenvolvimento Social e Combate à Fome (ausência justificada); Ministério do
14 Esporte (ausente); Ministério do Trabalho e Emprego, a titular Fernanda Maria P. Di
15 Cavalcante; Ministério do Turismo (ausência justificada); Ministério dos Transportes, o
16 titular Rodrigo Marques de Oliveira; Secretaria de Direitos Humanos, o titular Antonio
17 José do Nascimento Ferreira e a suplente Laíssa da Costa Ferreira; Secretaria de
18 Política para as Mulheres (ausente). Presentes – Não Governamentais: Academia
19 Brasileira de Neurologia, o suplente Cristiano Milani; Associação Brasileira de Autismo
20 – ABRA, a titular Telma Maria V. de Albuquerque; Associação Brasileira de
21 Ostromizados – ABRASO, o suplente Rubens Gil Junior; Associação de Pais, Amigos e
22 Pessoas com Deficiências, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade –
23 APABB, o titular Pedro Leonardo da Luz Loss; Associação Nacional dos Membros do
24 Ministério Público de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e com Deficiência –
25 AMPID (ausência justificada); Central Única dos Trabalhadores, o titular Isaías Dias;
26 Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes Visuais – CBDV, o titular José
27 Antonio Ferreira Freire; Confederação Nacional do Comércio – CNC, o titular Janilton
28 Fernandes Lima; Conselho Federal de Arquitetura e Agronomia – CONFEA, o titular
29 Osvaldo Luiz Valinote; Federação das Associações de Renais e Transplantados do
30 Brasil – FARBRA (ausência justificada); Federação Nacional de Educação e Integração
31 dos Surdos – FENEIS, o titular José Carlos de Oliveira; Federação Brasileira das
32 Associações de Síndrome de Down, o titular Gecy Maria Fritsch Klauck; Federação
33 Brasileira de Associações Cívicas de Portadores de Esclerose Múltipla – FEBRAPEM, o
34 titular Wilson Roberto Gomiero; Federação Nacional das Apaes, o titular Adinilson
35 Marins dos Santos; Federação Nacional das Associações Pestalozzi (ausência
36 justificada); Federação Nacional das Avapes – Fenavape, a titular Sheila Alexandre
37 Cassin; Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (ausência justificada); Organização
38 Nacional de Cegos do Brasil – ONCB, o titular Moisés Bauer; Organização Nacional de
39 Entidades de Deficientes Físicos – ONEDEF, o suplente Mauro Eduardo Cardoso e
40 Silva. Neste dia, entre às nove horas da manhã e o meio-dia, foi realizada oficialmente
41 a “Octogésima Sétima Reunião Ordinária” do Conade. Inicialmente, o representante da

42 Ordem dos Advogados do Brasil, o Senhor Luiz Cláudio Freitas fez dois informes,
43 relatou que quem está organizando a segunda etapa do evento sobre estatuto da
44 pessoa com deficiência, é a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro,
45 coordenada em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil, e informou também
46 que no dia treze de setembro, a Ordem dos Advogados do Brasil em parceria com a
47 frente parlamentar, realizará uma audiência pública para que as pessoas possam
48 discutir e propor aprimoramentos ao substitutivo do Projeto de Lei. Em seguida, abriu-
49 se a palavra aos conselheiros visitantes para que se apresentassem. O Conselheiro
50 Pedro Lopes sugeriu que fosse discutida a falta da acessibilidade dos estádios, pois no
51 que se refere ao estádio do Rio Grande do Sul que está em reforma, há um diálogo
52 direto com o Ministério Público, tentando com o Esporte Clube Internacional, condições
53 de acessibilidade, pois hoje no projeto original há notoriamente uma discriminação do
54 local destinado e tendo em vista essa atuação local foi percebido pelas informações
55 que chegaram ao Conselho que alguns estádios que já estão com as obras concluídas
56 também têm essa pauta de acessibilidade. Em continuação, o Conselheiro José Carlos
57 falou sobre a questão que traz o Conselheiro Pedro, e observou que na última reunião
58 do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, houve a presença de
59 alguns estados que sediaram a Copa das Confederações e que trouxeram providências
60 que foram tomadas para a Copa das Confederações e acrescentou que o Plenário
61 formalizou um pedido de informação com uma série de questões aos estados que
62 realizarão a Copa do Mundo, e já obteve respostas dos estados do Paraná e do Ceará
63 e dessa forma entendeu não ser pertinente realizar essa discussão nesta Reunião, pois
64 não foi convidada nenhuma autoridade da FIFA e nenhum dos estados que realizarão a
65 Copa. Em outra questão colocada pelo Conselheiro Pedro, o Conselheiro José Carlos
66 ressaltou o desconhecimento quanto ao conceito de moradia protegida, se está falando
67 de residências inclusivas que é uma ação do governo ou não, mas observou que o
68 Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência precisa receber
69 oficialmente essa informação e encaminhar para a Comissão de Políticas Públicas,
70 para que ela possa dar o parecer e ser trazida ao Plenário. Em sequência o
71 Conselheiro Pedro diz que foi recebida denúncia pelo disque cem da Secretaria de
72 Direitos Humanos e dirigida ao Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com
73 Deficiência, sobre a falta de acessibilidade na saída do Estádio Beira Rio em Porto
74 Alegre, e pelo que se verificou, em Porto Alegre não está sendo atendido e
75 acrescentou que o Ministério Público está intermediando e que ficou com a
76 responsabilidade de apresentar alternativas para atendimento da acessibilidade. Em
77 seguida, o Doutor Sérgio, representante da Previdência Social, Diretor do
78 Departamento de Saúde do Trabalhador do Instituto Nacional do Seguro Social
79 explanou sobre a mudança do modelo de avaliação da capacidade ou incapacidade
80 laborativa. Em seguida, o Conselheiro Marcos, do Conselho Estadual do Rio de
81 Janeiro, ressaltou a imensa dificuldade no que se refere a estrutura deste Conselho
82 Estadual, pois não tem espaço físico adequado, não tem estrutura de acessibilidade,
83 não tem equipe de recursos humanos, não possui equipamentos suficientes para a sua
84 funcionalidade e observou que recentemente foram adquiridos alguns equipamentos
85 financiados pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, mas ainda estão todos na
86 própria Secretária porque o Conselho não possui espaço suficiente para recebê-los e
87 que seriam úteis para a ação do Conselho, inclusive, impressora em braile, entre outros
88 equipamentos e, dessa forma, solicitou ao Presidente para que o colegiado do
89 Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência faça uma recomendação ao
90 Secretário. E o Presidente em sequência aceitou a proposta do Conselheiro Marcos e
91 destacou ser incabível que esse material fique guardado e que seria cobrado do
92 Governo do Rio de Janeiro. Na sequência, a Conselheira Nara pediu aos Conselhos
93 Estaduais e Municipais que atualizassem o cadastro de Conselhos para que se possa
94 manter contato e as modificações que forem realizadas serem informadas ao Conselho
95 Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, tanto na página do Facebook quanto
96 por meio físico, para um trabalho mais efetivo. Em seguida, o Conselheiro Márcio

97 Rodrigues explanou que a Superintendência fez uma capacitação em todo o estado do
98 Rio de Janeiro, e que com essa parceria buscou-se um diagnóstico e percebeu-se
99 algumas situações: que na maioria dos municípios também não tem estrutura, que há
100 uma necessidade de capacitação permanente e diagnosticou-se o motivo pelo qual a
101 política da pessoa com deficiência não avança no Estado do Rio de Janeiro. Nesse
102 sentido, o Presidente lembrou que houve no Rio de Janeiro a Jornada Mundial da
103 Juventude, e que a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com
104 Deficiência acompanhou todo o processo da jornada, inclusive, muito preocupados com
105 a questão da acessibilidade, e que na reunião do mês de junho, realizada com a
106 diocese do Rio de Janeiro e a empresa contratada para organização da Jornada, foi
107 dado à Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência,
108 todas as garantias de que o tema da acessibilidade estava previsto, mas depois
109 ocorreram um série de dificuldades no tocante à acessibilidade e comunicação
110 principalmente em decorrência da mudança do local de Guaratiba em decorrência da
111 chuva. Neste contexto, o Conselheiro José Carlos pediu para que fosse feito um
112 informe acerca dessas dificuldades enfrentadas na Jornada e encaminhadas ao
113 Ministério Público do Rio de Janeiro e ainda acrescentou que alguns seguranças do
114 Papa que guarneciam a região de sua estadia, impediram a entrada das pessoas com
115 deficiência nesta proximidade, apesar de ser um local especial que estava reservado
116 para pessoas com deficiência, cadeirantes e surdos por ser próximo ao intérprete.
117 **Período vespertino do dia vinte e nove de agosto de dois mil e treze.** O Presidente
118 cumprimentou a todos e apresentou a Senhora Karla Crosara Ikumi Resende,
119 representante da Anatel que tratou sobre acessibilidade nas comunicações, e
120 acrescentou que o CONADE teve uma reunião com o Presidente da ANATEL Senhor
121 João Batista, que tratou sobre o tema das dificuldades que passarão a ter as pessoas
122 com deficiência visual em manusear teclados de aparelhos telefônicos, caso haja
123 mudança dos atuais. Em seguida, a Senhora Karla Crosara Ikumi Resende agradeceu
124 o convite, apresentou a estrutura da ANATEL e explanou algumas metas da ANATEL
125 voltadas à acessibilidade, dentre as quais nas localidades com mais de trezentos
126 habitantes, a concessionária deve instalar pelo menos dois vírgula cinco por cento de
127 orelhões adaptados por tipo de deficiência: auditivo ou da fala, visual ou de locomoção,
128 e para isso, o interessado deve solicitar a instalação diretamente à concessionária. E
129 acrescentou que em relação ao teclado há a regulamentação que obriga a marcação
130 tátil do número cinco para a deficiência visual, obriga também tons para informar o
131 número de créditos do cartão telefônico, obriga a adaptação para pessoa com
132 deficiência de locomoção, exigindo que os orelhões sejam localizados a uma estatura
133 possível de ser utilizado pelas pessoas com deficiência de locomoção e que também
134 há aparelhos para adaptação para pessoa com deficiência auditiva ou da fala, bem
135 como a permissão de centrais telefônicas e que as concessionárias se associem
136 inclusive aos Conselhos e façam parcerias no sentido de melhorar e especializar e
137 completar o atendimento, impondo para isso a necessidade de atendentes
138 especializados em Libras. E ainda enfatizou quanto à existência de vários dispositivos
139 voltados à acessibilidade nas telecomunicações e que a curto e médio prazo a
140 ANATEL está trabalhando num regulamento que faça uma compilação de todos esses
141 direitos e um regulamento só para facilitar exatamente a identificação de quais são os
142 direitos relativos à acessibilidade no setor de telecomunicações. Ainda acrescentou que
143 a ANATEL está trabalhando numa construção de modelo de orelhões com novas
144 funcionalidades multimídias mais acessíveis. Em seguida disse que a ANATEL está
145 atuando também juntamente ao grupo dos grandes eventos para instalação de
146 adaptados em locais das cidades sede Copa Fifa 2014 e discorreu também sobre o
147 Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações. Em sequência passou-
148 se a palavra ao Presidente que abriu as inscrições no tema para que os Conselheiros
149 fossem ouvidos. O Senhor José Carlos de Oliveira, representante da FENEIS, sugeriu
150 que para que houvesse um esclarecimento maior sobre o objetivo do TTS e também
151 sobre o TDD, que é o telefone próprio para surdo, que para os surdos seria mais viável

152 um aparelho chamado *Viável*, porque é comunicação em vídeo entre as diversas
153 centrais e seria mais acessível. Em seguida a Conselheira Sonia Costa, questionou a
154 representante da ANATEL se já conhece a tecnologia de vídeo que transforma tanto
155 voz como texto para vídeo Libras, pois essa tecnologia está em fase de teste no
156 Ministério de Ciência e Tecnologia. Em sequência, a Conselheira Naira Rodrigues
157 Gaspar ressaltou que apesar do Brasil ter ratificado a Convenção sobre os Direitos da
158 Pessoa com Deficiência, percebe que, principalmente nos serviços de
159 telecomunicações, a acessibilidade não é garantida quase que de forma alguma e que
160 as ações da Anatel ainda são muito tímidas em relação à garantia do acesso das
161 pessoas com deficiência às telecomunicações e questionou a representante da
162 ANATEL se há a meta na Concessionária de fazer um monitoramento mais proativo e
163 uma regulação mais enfática em direção à garantia de acessibilidade. Em sequência o
164 Senhor Presidente do CONADE enfatizou que a ANATEL é um órgão de pouco diálogo
165 com a população e com o movimento das pessoas com deficiência por consulta
166 pública, ressaltou sobre a pouca acessibilidade na televisão e reivindicou a busca pela
167 universalização de acesso nos serviços de telecomunicações. A representante da
168 ANATEL esclareceu que está em análise na agência um regulamento para se firmar
169 um Termo de Ajustamento de Conduta com as prestadoras para cumprimento das
170 obrigações e minimização dos descumprimentos, e quanto às consultas públicas está
171 sendo trabalhada internamente formas alternativas e mais inclusivas de se discutir com
172 a sociedade. O Presidente do CONADE convidou a representante da ANATEL para
173 estar na 88ª Reunião Ordinária do CONADE bem como nas próximas reuniões. Em
174 seguida, a Senhora Tânia Braga, Coordenadora de Acessibilidade da Paralimpíada Rio
175 2016, tratou sobre a acessibilidade nos jogos olímpicos e paraolímpicos do rio 2016, e
176 relatou que a Coordenadoria está trabalhando com quatro objetivos: acessibilidade na
177 infraestrutura, promoção dos esportes para as pessoas com deficiência, contribuição
178 para mudança de atitude e oportunizar a inclusão plena e que a primeira iniciativa foi a
179 elaboração de um caderno de diretrizes técnicas de acessibilidade que é a facilitação
180 de leitura procurando incorporar algumas medidas incluindo, inclusive, o conceito da
181 acessibilidade voltada aos locais esportivos. Ao final do primeiro dia da Reunião, foi
182 provado o relatório das três comissões, e concluiu-se os trabalhos. **Período matutino**
183 **do dia trinta de agosto de dois mil e treze.** Casa Civil da Presidência da República
184 (ausência justificada); Conselhos Estaduais (ausência justificada); Conselhos
185 Municipais, a titular Naira Rodrigues Gaspar; Ministério da Ciência e Tecnologia e
186 Inovação, a titular Sonia da Costa; Ministério da Cultura, a titular Deborah Maria Garcia
187 Lobo; Ministério da Educação (ausência justificada); Ministério da Justiça, o suplente
188 Davi Ulisses Brasil S. Pires; Ministério da Previdência Social, o titular Raimundo N.
189 Lopes de Souza; Ministério da Saúde (ausência justificada); Ministério das Cidades
190 (ausência justificada); Ministério das Comunicações (ausência justificada); Ministério
191 das Relações Exteriores (ausente); Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à
192 Fome (ausência justificada); Ministério do Esporte (ausência justificada); Ministério do
193 Trabalho e Emprego, a titular Fernanda Maria P. Di Cavalcante; Ministério do Turismo
194 (ausência justificada); Ministério dos Transportes, o titular Rodrigo Marques de Oliveira;
195 Secretaria de Direitos Humanos, o titular Antonio José do Nascimento Ferreira e a
196 suplente Laíssa da Costa Ferreira; Secretaria de Política para as Mulheres (ausente).
197 Presentes – Não Governamentais: Academia Brasileira de Neurologia (ausência
198 justificada); Associação Brasileira de Autismo – ABRA, a titular Telma Maria V. de
199 Albuquerque; Associação Brasileira de Ostomizados – ABRASO, o suplente Rubens Gil
200 Junior; Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiências, de Funcionários do
201 Banco do Brasil e da Comunidade – APABB, o titular Pedro Leonardo da Luz Loss;
202 Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos das
203 Pessoas Idosas e com Deficiência – AMPID (ausência justificada); Central Única dos
204 Trabalhadores, o titular Isaías Dias; Confederação Brasileira de Desporto de
205 Deficientes Visuais – CBDV, o titular José Antonio Ferreira Freire; Confederação
206 Nacional do Comércio – CNC, o titular Janilton Fernandes Lima; Conselho Federal de

207 Arquitetura e Agronomia – CONFEA, o titular Osvaldo Luiz Valinote; Federação das
208 Associações de Renais e Transplantados do Brasil – FARBRA (ausência justificada);
209 Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS, o titular José
210 Carlos de Oliveira; Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, o
211 titular Gecy Maria Fritsch Klauck; Federação Brasileira de Associações Cíveis de
212 Portadores de Esclerose Múltipla – FEBRAPEM, o titular Wilson Roberto Gomiero;
213 Federação Nacional das Apaes, o titular Adinilson Marins dos Santos; Federação
214 Nacional das Associações Pestalozzi (ausência justificada); Federação Nacional das
215 Avapes – Fenavape, a titular Sheila Alexandre Cassin; Ordem dos Advogados do Brasil
216 – OAB (ausência justificada); Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB, o
217 titular Moisés Bauer; Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos –
218 ONEDEF, o suplente Mauro Eduardo Cardoso e Silva. O Senhor Presidente do
219 CONADE deu início aos trabalhos, verificou se existia quórum para deliberação e
220 votação, apresentou a pauta deste dia trinta de agosto e ressaltou que neste período
221 matutino haveria os relatórios das comissões de articulações de conselho e da
222 comissão de atos normativos bem como a apresentação sobre empregabilidade do
223 Ministério do Trabalho e Emprego realizada pela Conselheira Fernanda Cavalcante.
224 Em seguida, o Conselheiro Moisés Bauer Luiz verificou a presença dos Conselheiros e
225 o quórum para deliberação e votação. Em sequência, a Conselheira Naira Rodrigues
226 Gaspar relatou as ações da Comissão de Articulação de Conselhos resultados da
227 nossa reunião do dia vinte e oito de agosto. Posteriormente, o Presidente do CONADE
228 passou a palavra à Conselheira Fernanda Maria Pessoa Di Cavalcanti que apresentou
229 o relatório da Comissão de Atos Normativos. Na sequência, a Conselheira Fernanda
230 Maria Pessoa Di Cavalcanti pediu desculpas, pois foi a primeira vez que relatou a
231 Comissão de Atos Normativos. Em seguida, ouvidos os Relatórios, o Presidente do
232 CONADE pôs os dois relatórios em votação e ambos foram aprovados. Em sequência,
233 o Presidente saudou a presença do Presidente do Conselho Estadual do Rio de
234 Janeiro e Subsecretário da cidade de Nova Iguaçu, Marcos Castilho, e lhe concedeu a
235 palavra. O Presidente do Conselho Estadual do Rio de Janeiro parabenizou a atuação
236 da Comissão de Articulação de Conselhos e questionou se já existe a definição da
237 localidade da reunião do Sudeste, em maio de 2014, pois caso contrário irá discutir
238 com os Conselheiros estaduais sobre a perspectiva de inscrever o Rio de Janeiro como
239 candidato a sediar a reunião do Sudeste. Em sequência, a Conselheira Naira
240 Rodrigues Gaspar esclareceu que a reunião na região sudeste foi deliberada para a
241 cidade de São Paulo, mas que não significaria que não poderia mudar. Em seguida, o
242 Presidente do CONADE registrou a presença do Senhor Robson, Coordenador
243 Municipal de Política para Pessoas com Deficiência da cidade de Mesquita, a presença
244 da Conselheira Sheila Cassin, representante da Avape e da Conselheira Débora, da
245 Secretaria de Diversidade do Ministério da Cultura e concedeu a palavra a Conselheira
246 Fernanda Maria Pessoa Di Cavalcanti que apresentou o trabalho da Secretaria de
247 Inspeção do Trabalho no que se refere à coordenação dos Auditores-Fiscais do
248 Ministério do Trabalho que realizam a fiscalização acerca do cumprimento da Lei de
249 Cotas destinadas às pessoas com deficiência. Então, a Conselheira Fernanda iniciou a
250 explanação e apresentou as competências gerais do Ministério do Trabalho e,
251 posteriormente, discriminou as competências da Secretaria de Inspeção do Trabalho e
252 ressaltou que as diretrizes da fiscalização são expedidas pela Secretaria de Inspeção
253 do Trabalho, e que nas vinte e sete Superintendências Regionais do Trabalho, o
254 Ministério do Trabalho tem o projeto de fiscalização da inclusão da pessoa com
255 deficiência no mercado de trabalho, no qual há um Coordenador Regional em cada
256 Superintendência e acrescentou que apesar da Lei de Cotas ser do ano mil novecentos
257 e noventa e um, nesse período o Ministério do Trabalho estava junto com o Ministério
258 da Previdência Social, e em mil novecentos e noventa e dois houve a separação, e
259 restou a dúvida de quem é a competência para fiscalizar esta Lei, pois precisaria de
260 uma Lei prevendo a competência de qual órgão seria para fiscalização, e continuou
261 pontuando que apesar de serem vinte e dois anos de vigência da Lei, são praticamente

262 seis anos de fiscalização da Lei de Cotas pois a referida Lei só foi publicada em mil
263 novecentos e noventa e nove com o Decreto número três mil duzentos e noventa e oito
264 que atribuiu essa competência ao Ministério do Trabalho e Emprego, mas só em dois
265 mil e três foi publicada uma Portaria que estabeleceu os critérios de aplicação da multa.
266 E ainda ressaltou que há um sistema desde mil novecentos e noventa e cinco, onde se
267 registra obrigatoriamente tudo que é realizado de fiscalização nas empresas, por estar
268 previsto na convenção da inspeção do trabalho da Organização Internacional do
269 Trabalho, e que se chama Federal da Inspeção de Trabalho. Na sequência, a
270 Conselheira Fernanda apresentou um gráfico com um número de inclusão crescente no
271 mercado de trabalho por ação direta da fiscalização do trabalho e opinou quanto ao
272 novo conceito para pessoa com deficiência ser um grande avanço bem como as novas
273 regras do benefício da prestação continuada, por ser uma aposta para a entrada no
274 mercado de trabalho e opinou também sobre o problema da qualificação profissional
275 para os deficientes que entende ser um problema generalizado. Após a explanação da
276 Conselheira Fernanda, foi concedida a palavra ao Conselheiro Isaías Dias que a
277 questionou se no sistema que a Conselheira mencionou, há a possibilidade de saber se
278 o empregado entrou no mercado de trabalho com a deficiência ou se adquiriu ao longo
279 da vida laboral e questionou também se neste Sistema era possível separar os dados
280 por ramo de atividade. Em seguida, a Conselheira Fernanda respondeu que por ramo
281 de atividade é possível realizar a separação, mas a tabela é muito extensa. Em
282 sequência a Conselheira Debora do Ministério da Cultura questionou a Conselheira
283 Fernanda quanto à relação dos órgãos públicos com as empresa terceirizadas, no que
284 se refere ao controle da quantidade de pessoas com deficiência contratadas e
285 questionou também sobre os direitos que são garantidos a essas pessoas. Em
286 seguida, o Coordenador dos Direitos da Pessoa com Deficiência da cidade da
287 Mesquita, Senhor ROBSON GOULART, mostrou sua indignação quanto ao não
288 cumprimento da Lei de Cotas por parte da Prefeitura de Mesquita, no Estado do Rio de
289 Janeiro, e questionou como deveria proceder. Em sequência, a Conselheira Fernanda
290 respondeu que consultaria a RAIS, mas achava que não tinha registro se a pessoa
291 adquiriu deficiência antes ou depois da atividade laboral, em seguida respondeu que as
292 pessoas contratadas pelos órgãos públicos por intermédio de empresas terceirizadas
293 têm, a princípio, todos os direitos de um contrato de trabalho como qualquer outro
294 trabalhador normal e respondeu também que quanto ao Município de Mesquita, teria
295 que verificar se há uma legislação local sobre a Lei de Cotas e que caso contrário, o
296 Município seria obrigado a seguir o Decreto número três mil duzentos e noventa e oito,
297 por estar previsto na Constituição que os órgãos públicos sejam eles federais,
298 municipais, estaduais ou distritais, tem que reservar percentual de cinco por cento a
299 vinte por cento de vagas aos deficientes se for pelo regime estatutário, e o que
300 regulamenta esse percentual para quem não tem lei específica é o Decreto número três
301 mil duzentos e noventa e oito, e se for aplicado o regime celetista deverá ser reservado
302 um percentual de dois por cento a cinco por cento de vagas aos deficientes de acordo
303 com o tamanho da empresa. Em seguida, o Conselheiro Moises Bauer questionou a
304 Conselheira Fernanda se há um número estimado de postos de trabalhos existentes
305 atualmente caso fosse cumprida integralmente a Lei de Cotas, e refletiu sobre a
306 diferença do percentual da Lei de Cotas na iniciativa privada e no serviço público, pois
307 na iniciativa privada reserva-se percentual de vagas aos deficientes como base no
308 quadro de funcionários, já no serviço público, em regra, entendeu que se comete o
309 equívoco ou por interpretação ou porque a própria lei ordinária assim definiu de se
310 basear no edital que rege o concurso público e não para os cargos e empregos
311 existentes, apesar dos cargos públicos serem criados por lei. Em sequência, o
312 Conselheiro Pedro Loss parabenizou o trabalho do Ministério do Trabalho e solicitou
313 explanação ao Ministério do Trabalho de como funciona essa fiscalização do Ministério
314 do Trabalho e sugeriu que se leve internamente o debate quanto à possibilidade de
315 uma reserva maior de vagas aos deficientes em concursos públicos como permite a lei.
316 Em sequência, a Conselheira Naira questionou a Conselheira do Ministério do Trabalho

317 sobre como se dá o monitoramento por parte do Ministério do Trabalho e Emprego das
318 instituições filantrópicas que fazem intermediação e prestam serviço com mão de obra
319 de pessoas com deficiência tanto ao Poder Público como as empresas privadas. Em
320 seguida, a Conselheira Fernanda respondeu aos questionamentos, e quanto ao
321 questionamento do Conselheiro Moisés Bauer mostrou os dados das empresas com
322 cem ou mais empregados e da administração indireta que tem as vagas ocupadas,
323 explicou que cada auditor fiscal tem liberdade de fazer seu processo de fiscalização,
324 mas explanou que há uma orientação com os auditores fiscais e os coordenadores,
325 para se possa ter uma semelhante sistemática de fiscalização no país inteiro e que a
326 prática comum é que o Coordenador do grupo de auditores fiscais chame as empresas
327 por grupo, faça uma preleção da Lei de Cotas do que apenas é obrigada a fazer, e
328 depois dessa preleção notifique a empresa para que retorne em dois meses e
329 comprove as contratações, pois entende que precisa haver uma conscientização e
330 sensibilização das empresas e o objetivo da fiscalização do trabalho não é
331 simplesmente ocupar a vaga, é que aquele trabalhador continue na empresa, que
332 cresça na empresa e que se sinta acolhido e incluído na empresa. Em seguida, falou a
333 Senhora Gecy, pela Federação Brasileira de Pessoas com Síndrome de Down, relatou
334 sobre os problemas de adaptação de crianças com deficiência nas escolas, mas que
335 entendia ser também uma preparação para a vida. Em sequência, o Conselheiro
336 Osvaldo Valinote sugeriu que esse Conselho se manifestasse sobre o que o
337 Conselheiro Moisés Bauer ressaltou, no que se refere à incidência de percentual
338 reservando vagas a deficientes físicos no serviço público conforme o número de cargos
339 e não sobre o edital. Em seguida, o Presidente sugeriu a atualização dos dados
340 repassados pela Conselheira Fernanda para posterior publicação. O Presidente então,
341 resolver antecipar os informes. O Senhor Wilson Gambieiro explanou que no dia trinta
342 de agosto foi instituído o Dia Nacional da Conscientização sobre Esclerose Múltipla e
343 que neste dia estariam promovendo em todos os locais em que há associações de
344 esclerose múltipla, ações para divulgação da doença e conhecimento da população. A
345 Conselheira Naira convidou a todos para que comparecessem no dia dezoito de
346 setembro na cidade de Santos, pois a cidade e região iria realizar uma cerimônia de
347 adesão ao Plano Viver Sem Limite, bem como uma audiência pública sobre políticas
348 públicas e a convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência na Câmara de
349 Vereadores de Santos. Em sequência, a Senhora Laíssa Costa apresentou algumas
350 atividades que a SNPD vai realizar dentro do escopo que foi apresentado, dentre as
351 quais ressaltou o Seminário Nacional sobre Autismo previsto para o dia quinze de
352 outubro, que nos dias vinte e quatro e vinte e cinco de outubro será realizado um
353 seminário sobre indígenas com deficiência no Mato Grosso do Sul, em que esclareceu
354 que é o estado que tem a segunda maior população indígena do país, e entre os dias
355 trinta de outubro a primeiro de novembro afirmou que está previsto ocorrer o primeiro
356 Seminário Nacional de Mulheres com Deficiência e explanou que o CONADE tem o
357 ideal de que a plenária do CONADE em dezembro ocorra dentro do fórum mundial de
358 direitos humanos. O Conselheiro Moisés Bauer ressaltou que entre o os dias dezoito e
359 vinte de outubro, a Organização Nacional de Cegos promoverá o primeiro Encontro
360 Nacional de Mulheres Cegas do Brasil. Em seguida, o Presidente registrou a presença
361 do Senhor Flávio Rossini, Presidente do Instituto Superação Brasil. O Senhor
362 Presidente encerrou este período de reunião confirmando a pauta do período
363 vespertino. **Período vespertino do dia trinta de agosto de dois mil e treze.** O
364 Presidente do CONADE iniciou a reunião e apresentou a Senhora Priscila,
365 representante do Ministério do Turismo, que explanou sobre a pesquisa do perfil do
366 turista com deficiência, realizada em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos e
367 com a Unesco e que foi fruto de um programa lançado pelo Ministério do Turismo em
368 novembro de dois mil e doze, em Gramado, o programa Turismo Acessível e ressaltou
369 que entre as metas desse programa, houve a realização de estudos e pesquisas para
370 apontar as reais necessidades e as expectativas da pessoa com deficiência. Explicou
371 que em relação às atividades profissionais, percebeu-se que os entrevistados dos

372 grupos e das entrevistas em profundidade, a grande maioria, apresentavam uma vida
373 bastante ativa profissionalmente, e que a maioria apresentou nível superior com cursos
374 variáveis. Explanou que na pesquisa verificou-se que constituem diversas razões que
375 levam as pessoas com deficiência a viajar e disseram que dão importância para as
376 viagens além dos fatores motivacionais, existe também o sentimento de superação,
377 liberdade e autonomia que o ato de viajar suscita nas pessoas com deficiência ouvidas
378 na pesquisa. E também explicou que quando a pessoa com deficiência vai escolher o
379 destino, considera como os principais fatores para tomar a decisão: a acessibilidade
380 dos hotéis, se tem banheiros adaptados, a existência de eventos culturais e artísticos
381 significativos na região, se o comércio local próximo ao hotel também tem
382 acessibilidade e adaptações necessárias, se o transporte público é acessível, se existe
383 também opções para diversão dos filhos, que eventualmente vão junto, presença de
384 intérprete de Libras nos locais mais necessários para os deficientes auditivos, se há
385 preços competitivos. Ressaltou também que a pesquisa tentou identificar quais foram
386 as principais viagens realizadas no último ano, quais experiências e expectativas que
387 as pessoas com deficiência tiveram com relação a essas viagens. Ressaltou que na
388 pesquisa, para as pessoas com deficiência, consideram um atendimento ideal pelos
389 atendentes de viagem: conhecer as especificidades da pessoa com deficiência, suas
390 limitações para as realidades; o agente de viagem também precisa conhecer do ponto
391 de vista legal os direitos da pessoa com deficiência; e possuir também algumas
392 características e habilidades essenciais, tais como ser atencioso, paciente, prestativo,
393 ter iniciativa, ser educado, gentil e cordial. O Conselheiro José Carlos parabenizou a
394 representante do Ministério do Turismo e mencionou que a rede hoteleira apesar de
395 confirmar que os quartos estão adaptados, geralmente esses quartos não possuem a
396 campanha luminosa para o surdo para interação com o hotel nos casos que alguém
397 bate à porta. Com relação a esta dúvida, a Senhora Priscila respondeu que é uma meta
398 do Ministério do Turismo construir um portal, que fizesse mapeamento de todos esses
399 atrativos e meios de hospedagem, serviços turísticos acessíveis, mas que é um
400 processo demorado, mas já iniciou realizando uma adaptação da ficha do Cadastur,
401 que é um sistema que congrega todos os prestadores de serviços e agentes de
402 viagens, meios de hospedagem e os profissionais que trabalham com turismo. Em
403 seguida, o Presidente deu seguimento à pauta com o Plano Viver Sem Limite, no Rio
404 de Janeiro, e quem explanou foi a Senhora Ana Regina Rosa. Após esta explanação, o
405 Presidente encerrou a reunião e confirmou para os dias dezesseis, dezessete e dezoito
406 de outubro a próxima reunião do Conselho.

407

408 Brasília, _____ de 2013.